

A INCLUSÃO DA MULHER BRASILEIRA NO ESPORTE ATRAVÉS DA NATAÇÃO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA DE 1930 A 1933

Congresso de História da Educação Física e do Esporte – UGF 1998

Ana Maria Miragaya e Lamartine P. DaCosta
Universidade Gama Filho

O objetivo deste estudo é a investigação histórica do início do processo de inclusão da mulher no cenário brasileiro da prática do esporte. Isto se deu oficialmente, de acordo com os jornais da época, de 1930 a 1933 através da natação feminina representada pelas nadadoras Maria Lenk, Marina Cruz e Melanie Helbing, que corajosamente enfrentaram uma séria de preconceitos e incentivaram através de seus exemplos e parcos conhecimentos a mulher brasileira à prática esportiva.

Unitermos: inclusão, mulher, natação, Maria Lenk

The objective of this paper is to expose the very beginning of the process of inclusion of women in the sphere of the practice of sports in Brazil. It was done through the pioneering work of Maria Lenk, Marina Cruz and Melanie Helbing ('the 3M girls'), who courageously challenged the society of their time and inspired women through their example to adhere to the practice of sports, which was supposed to be an exclusively manly privilege.

Key words: inclusion, women, swimming, Maria Lenk

O esporte privilegia a busca de desafios e recompensa seus adeptos com vitórias ou com a aprendizagem das derrotas. Esta síntese orientou as Olimpíadas da era moderna, que começaram em 1896 em Atenas por iniciativa do barão Pierre de Coubertin, que excluiu paradoxalmente 51% de seus potenciais participantes: as mulheres. Ele acreditava que a verdadeira função das mulheres era a maternidade como também a quantidade e a qualidade dos filhos que produzia. Cabia à mulher incentivar seus filhos à prática desportiva para que chegassem à excelência (DeFrantz, 1997).

A repercussão desta crença contribuiu em muitos países para que as mulheres fossem ou continuassem sendo excluídas da prática de atividade física em nome de um machismo exacerbado e de uma guerra de gênero e pelo poder (Théberge, 1990).

Historicamente a mulher sempre foi excluída da prática de atividade física com a justificativa de não ter as mesmas capacidades do sexo oposto. Ao homem, que tinha maior altura, maior massa muscular e maior força física, cabiam os papéis de

defesa, de guarda e de provedor da família. Era o homem que praticava com maior visibilidade atividade física no mundo do lado de fora da casa. À mulher era atribuído papel subalterno: confinamento à casa, onde pudesse exercer atributos inerentes à condição feminina. A prática de esportes não era compatível com tais funções (Miragaya & DaCosta, 1998).

No final do século XIX e início do século XX, a aceleração da industrialização e o impacto das reformas sociais nos países mais evoluídos começaram a transformar o papel passivo tradicional da mulher numa função mais ativa como cidadã. Essa mudança foi sentida também na área do esporte. Como cabia aos Comitês Olímpicos Nacionais organizar os Jogos Olímpicos, nas Olimpíadas de 1900 houve uma ruptura da interdição de Coubertin já que mulheres de 5 países participaram de torneios de golfe e tênis, recebendo diplomas em vez de medalhas (Théberge, 1990). Gradualmente a participação feminina foi acrescentada aos Jogos Olímpicos que se sucederam. Entretanto, a Federação Internacional de Natação (International Swimming Federation) foi a primeira entidade a promover a participação oficial das mulheres por inclusão no programa de competição de natação de 1912. Isto provocou uma abertura para que outras organizações fizessem o mesmo, vagarosamente.

Como as mulheres não estavam recebendo a devida atenção por parte do Comitê Olímpico Internacional, dirigido por homens, Alice de Milliat, ativista francesa, fundou a Federação Esportiva Feminina da França em 1917 com o objetivo de organizar competições próprias. Quatro anos mais tarde ela internacionalizou seu projeto fundando a Federação Esportiva Feminina Internacional (Fédération Sportive Féminine Internationale - FSFI), que passou então a promover os primeiros Jogos Olímpicos das Mulheres em 1922, em Paris (DeFrantz, 1997).

Convém lembrar que a cultura francesa exercia influência muito forte no Brasil a partir do século 19, principalmente no âmbito das elites dirigentes. Outros valores de culturas européias também se fizeram sentir aqui através de associações e agremiações de imigrantes que para cá vieram em fins de século 19 e durante as primeiras décadas do século 20. O papel dessa influência européia foi muito importante para a divulgação do esporte feminino no Brasil, o que aconteceu especialmente na natação, que foi inicialmente praticada dentro de clubes e agremiações de origem alemã sediadas em São Paulo, pouco depois do final da Primeira Guerra Mundial.

Por outro lado, a década de 20 nos Estados Unidos foi considerada um período privilegiado de progresso até o colapso da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. As mulheres já participavam, naquele país, de diversas atividades, antes reservadas ao sexo masculino, inclusive a prática esportiva. Foi durante este período que os laços entre Brasil e Estados Unidos começaram a se estreitar e muitos hábitos da cultura e modo de vida americano passaram a ser conhecidos inicialmente na

capital federal (Rio de Janeiro) e São Paulo. As mulheres americanas já estavam praticando esportes há vários anos.

A mulher brasileira neste contexto ter-se-ia iniciado na prática esportiva oficial de competição na metade da década de 20, a julgar pela fonte primária representada pela reportagem do "Diário Nacional" de 6 de janeiro de 1931: "De 1925 para cá a mulher invadiu os esportes. Talvez influência Yankee...". Os esportes inicialmente eleitos eram o tênis, o atletismo e a natação. Não se constatou nesta fonte interesse em incentivar as mulheres à prática desportiva mas apenas divulgação de novidades que vinham da Europa ou dos Estados Unidos e que poderiam vir a influenciar a moda no Brasil (esta citação e as demais referidas a jornais foram coletadas no Arquivo Maria Lenk da Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro).

Contudo, a imprensa, de um modo geral, passou a publicar noções de eugenia importadas da Europa e dos Estados Unidos, incentivando as mocinhas a aderirem a uma prática desportiva que contribuísse para que tivessem filhos mais saudáveis e que ao mesmo tempo conservasse as características ditas femininas da mulher, sem 'masculinização' (musculatura aparente) e sem demonstração de força, que caracterizava a prática masculina. A natação teria surgido então nos anos 20 como a prática ideal esportiva feminina porque ajudava a mulher a preservar sua feminilidade e lhe propiciava um ar saudável. Tais pressupostos já se fixavam nos anos 30, conforme atestam jornais da época: "O objetivo da natação e dos esportes em geral segundo higienistas é dar à praticante o desenvolvimento regular e harmonioso" (entrevista de Maria Lenk ao "Diário Nacional" em 30/4/1932); "Natação é o esporte ideal para a mulher. Não se expõe o físico de molde a ficar deformado, bem como não nos arriscamos a incidentes." (declaração de Melanie Helbing, nadadora, ao "Diário Nacional" em 6/1/1931).

É importante salientar o papel representado pelos jornais. Este meio exercia função essencial na comunicação vigente na época. Era a única forma de se manter atualizado e de se veicular comunicação de massa. Os jornais foram também fonte importante de inclusão da mulher no esporte desde os anos 20 e até final de 1931. Particularmente, a imprensa de São Paulo incentivou bastante a prática da natação feminina conforme declaração de Maria Lenk ao "Diário Nacional", em 1932, após uma competição no Rio de Janeiro: "Há tempos quando os esportes aquáticos pouco interessavam à imprensa, víamos Margarido, Sucupira, Levy e outros (dirigentes de clubes de remo paulistas), procurando por todos os meios vencer a falta de espaço nas ações esportivas, pois o futebol, com seus tentáculos enormes, abraçava colunas e mais colunas... Paulatinamente a propaganda da natação foi aumentando e hoje em dia não há jornal em São Paulo que não reserve um cantinho para as idéias da Federação."

Porém esta mesma imprensa começou a se calar diante da interferência de um grupo de pessoas que aparentemente estaria interessada em manipular informações em favor próprio como Maria Lenk aponta nesta mesma entrevista:

"...verifica-se um esquecimento, talvez propositado, que não encontra justificativa plausível. Queremos nos referir à falta de propaganda que se denota em volta dos certames aquáticos. ...Entretanto agora quando a própria imprensa mostra grande interesse, surgem uns cavalheiros conservadores, metidos em seus jalecos de 1870, a desprezar a propaganda eficiente, visando assim conservar a natação num estreito círculo formado pelo prestígio de uns e pela vaidade de outros."

De acordo com a mesma fonte, este obstáculo parece aumentar de tamanho quando regras burocráticas tomam conta dos certames aquáticos. Há neste caso a limitação do número de competidoras e de estilos de natação, como, por exemplo é o caso das provas de revezamento, quando só Marina Cruz e Maria Lenk podiam competir. Marina Cruz menciona, em 1932, que "no exterior estas provas são feitas em estilo livre. Deveria ser feito o mesmo em São Paulo para não se ter só Maria Lenk e Marina Cruz". Seu propósito era que houvesse mais nadadoras competindo utilizando-se de estilos optativos para as provas de revezamento uma vez que o número de mulheres na natação era bem menor do que o número de homens.

Nadadoras como Marina Cruz, Maria Lenk, e Melanie Helbing foram algumas das primeiras incentivadoras da inclusão da mulher na prática desportiva no início dos anos 30. A maioria das mulheres ainda estava bem reticente, pois este grande passo se tratava mais de uma mudança de valores culturais do que uma mudança de hábitos. Para moças que estavam habituadas à vida social, freqüentando bailes e festas, era muito difícil submeter-se a uma prática de exercícios que iria mudar o tom da cor da pele e atrapalhar um possível bom casamento, como era considerado na época o real emprego da mulher.

Sem realmente se dar conta de que estavam exercendo papel de líderes e de modelos à prática esportiva feminina, apesar de seus poucos conhecimentos a respeito de motivação e psicologia, estas valorosas esportistas eram adeptas da propaganda e de instalações adequadas nos clubes como forma de incentivo a conquistar novas adeptas. Elas divulgavam também seu pouco conhecimento de fisiologia, do processo de envelhecimento e da prática da atividade como forma de conservar a juventude e se manter em forma, sem engordar, procurando dessa forma aumentar a adesão à prática desportiva feminina. A igualdade de condições na prática esportiva era almejada por elas de diversas formas, de modo que as praticantes também tivessem os mesmos direitos e privilégios que os homens haviam tido até então, inclusive no que concerne o próprio processo de treinamento desportivo.

Em relação à propaganda como forma de inclusão da mulher em programas de atividade física, Marina Cruz, em 23 de março de 1930, coloca claramente em declaração ao jornal "Folha da Manhã" o quanto "seria tão fácil aos nossos escritores e jornalistas incentivarem as nossas patrícias chamando a atenção para as práticas esportivas". Poder-se-iam obter importantes adesões caso a imprensa,

na época liderada por homens, colaborasse por sua vez, assumindo papel de veículo de divulgação desportivo também para as mulheres. Neste sentido convergiu Maria Lenk, em declaração ao "Diário Nacional" de 30 de abril de 1932, ao citar duas justificativas para a escassez de nadadoras; (1) a "falta de entusiasmo das nossas conterrâneas e (2) a ausência de boa propaganda" para o esporte (a segunda sendo a causa da primeira).

Marina Cruz declararia, ainda na mesma fonte ("Diário Nacional"), que preferiria que se fizesse "propaganda da natação feminina, pois assim, para a próxima Olimpíada, teremos uma porção de moças, todas em ótima forma, prontas para fazer uma grande eliminatória, a fim de ser escolhida a equipe brasileira". Ainda, referindo-se às moças que participam de competições mas que infelizmente não conseguem obter colocações expressivas devido à falta de preparação, acrescenta que "merecem os mesmos aplausos que as campeãs, pois embora competindo com desvantagens visíveis, não abandonam a prática salutar dos esportes e continuam portanto fazendo ótima propaganda, conquistando dia a dia novas adeptas." Intuitivamente ela parecia saber que a divulgação e o exemplo das próprias nadadoras eram o cerne da mudança social.

A mesma Marina Cruz ("Diário Nacional", 15/1/1931) já havia apontado no ano anterior o problema que traz a falta de dependências adequadas para mulheres: "O triunfo dos esportes entre as mulheres depende em grande parte das instalações." E acrescenta que os clubes de remo de São Paulo, principalmente a Associação Atlética, investiram em novas dependências para então receber mulheres para a prática da natação. As senhoritas da sociedade que desfrutavam de certos privilégios em seus lares deveriam encontrar vestiários que lhes fossem satisfatórios e que lhes incentivassem a sair do seu aconchego e proteção para similar conforto na prática da natação.

Uma reportagem do "Diário Nacional" em 15/1/1931 atestava também a falta de divulgação do esporte feminino e até mesmo incentivava modelos de eugenia e saúde: "Infelizmente ainda não está bem divulgado o esporte entre as mulheres. Há mesmo um grande número de senhoritas, enorme mesmo, que prefere bailar até o raiar da aurora, prejudicando a saúde, a entregar-se à eugênica prática dos esportes...". Verifica-se nesta declaração claramente um grande contraste de costumes sociais em que a prática de atividade física deveria substituir a frequência das noitadas.

Dois meses mais tarde, às vésperas da primeira competição brasileira feminina de natação em termos oficiais (em 22 de março de 1931), o "Diário de São Paulo" reitera o que foi publicado no Rio de Janeiro e volta a insistir na adesão à prática da atividade física valorizando características de eugenia e da saúde para a mulher: "O espetáculo que proporcionará meia centena de moças todas envergando vistosos 'maillots' e ostentando as formas sadias que lhes garante a prática da natação deverá contribuir grandemente para que muitas de nossas meninas passem a preferir os benefícios do sol, do ar livre e do exercício, aos

divertimentos malsãos para que infelizmente a mocidade brasileira ainda mostra inegável preferência". Tentava-se então desafiar as cariocas mostrando que as paulistas estavam à frente nesta nova 'moda' esportiva: "Atualmente as paulistas, não temendo os raios ardentes do sol e não tendo aquele receio infundado de estragar a epiderme, entregaram-se à prática da natação ...".

Essas mesmas nadadoras procuravam incentivar as mulheres à prática desportiva através de seus limitados conhecimentos de fisiologia, de beleza e de saúde. Em 23 de março de 1930, Marina Cruz lamenta, em entrevista à "Folha da Manhã", "que as moças brasileiras desdenhem tanto da cultura física. Mesmo porque é sabido a tendência que a mulher possui para engordar, e portanto ainda mais aconselhável o esporte regular e metodizado". Posteriormente, em entrevista ao "Diário Nacional", de 15/1/1931, ela aconselha a todas as suas amigas e senhoritas em geral " a se dedicarem aos esportes, pois assim gozarão de boa saúde ... ficarão velhas um pouquinho mais tarde do que de costume, contrariando assim a mãe natura".

Direitos iguais no desporto também são almejados pelas nadadoras, como se pode inferir por declaração de Marina Cruz em 23 de março de 1930 em entrevista a um repórter do jornal "A Noite": "Como o homem, a mulher pode e deve praticar o esporte. O senhor não ignora que uma nação forte é aquela que possui filhos fortes. E as vantagens são as mesmas em ambos os sexos: isto é o desenvolvimento orgânico e funcional do corpo que trazem a saúde física e moral. Física porque ninguém pode contestar como todos os órgãos recebem influência do esforço muscular desde as funções da vida vegetativa até as mais prezadas. É o futuro da raça a saúde obtida fisicamente. Moralmente porque o esporte é um educador de sensibilidade, da inteligência, da vontade, principalmente e fazem pela disciplina o self-control, a construção e a reparação do caráter. Infelizmente aqui no Brasil não sabem ou não querem dar o devido valor ao esporte feminino. A prova é que até hoje tem sido pouco desenvolvido." Desta forma confirmam-se conceitos primários de eugenia, aprimoramento da raça e moral para ambos os sexos em seu discurso, assim como a consciência da falta de apoio à evolução do esporte feminino.

O desejo de Melanie Helbing aos 16 anos em 6 de janeiro de 1931 ("Diário Nacional") era de "pertencer a um clube só de moças para mostrar aos 'senhores homens' que nós também podemos 'fazer um clube'. E isso, com vagar, hei de conseguir. Em conjunto com as demais moças da Atlética, do estrela, Esperia e Tietê, quero formar uma agremiação, que há de dar muita festa bonita para ensinar mesmo muitos diretores a fazer programas. E havemos de ter nossa turma de nadadoras, e de ...polo aquático." Ela não queria a emancipação feminina quando lhe foi perguntado, porém pensava em direitos iguais para o esporte, especialmente a natação e o polo aquático feminino. É importante mencionar aqui que o esporte feminino coletivo era desaconselhado devido ao excesso de competição e por ser considerado prejudicial à saúde da mulher.

Em 1933, Maria Lenk protesta de uma certa forma contra a falta de interesse pelo esporte feminino no jornal "Diário da Noite" (26/4/1933): "Não é admissível que havendo um campeonato masculino, não haja também um feminino. Em todos os países do mundo onde o esporte é praticado, os certames aquáticos são para ambos os sexos." Esta declaração ratifica mais uma vez a posição de se reivindicar campeonatos femininos de natação como medida de incentivo à participação feminina no desporto. Tanto Maria Lenk quanto Marina Cruz consideravam a participação em campeonatos uma forma convincente de propaganda do esporte feminino.

Um mês mais tarde, em maio de 1933, Maria Lenk nota, em um campeonato de natação, "que o número de competidoras podia ser evidente mais elevado, se houvesse quem se encarregasse de preparar as moças para freqüentes torneios de natação", apontando a falta de interesse de técnicos de natação por nadadoras e ao mesmo tempo agradecendo a Carlos de Campos Sobrinho, seu treinador, "por ter se interessado por mim e pelo esporte feminino em geral" ("Diário da Noite", 31/5/1933).

Apesar das poucas entrevistas que nossas 'corajosas nadadoras' - no linguajar dos jornais da época - concederam, é pertinente cogitar que suas palavras carregam a independência propiciada pela disciplina da prática esportiva e autoridade ainda que modesta de quem realmente entende do ofício do treinamento desportivo. Foram elas as mais valorosas pioneiras na luta pela inclusão da mulher na prática esportiva no Brasil, rendendo benefícios iniciais que mais tarde seriam transferidos para a rotina do dia a dia e para a distribuição de responsabilidades da mulher pelas demais áreas da vida cotidiana. Foram elas que ajudaram a romper preconceitos e barreiras, modificando valores culturais e acrescentando as palavras liberdade e igualdade à bandeira do sexo feminino. Por ironia da História, uma delas - a nadadora Maria Lenk - tornar-se-ia, na opinião de Lucas (1992), uma das maiores expressões da busca de excelência dentro do Movimento Olímpico, exatamente aquele iniciado há cerca de um século por Pierre de Coubertin.

Referências:

DeFrantz, A The changing role of women in the Olympic Games, paper presented at the 37th International Session for Young Participants at the International Olympic Academy, Ancient Olympia, Greece, 1997.

Lucas, J. A . Future of the Olympic Games, Human Kinetics, Champaign, Il, 1992, pg.61.

Miragaya, A. & DaCosta L. Atividades físicas sistemáticas e a mulher: inclusão no lazer, na família e no trabalho. Paper a ser apresentado no 5° Congresso Mundial do Lazer.

Théberge, N. Women in the Olympic Games in Sport ... the Third Millenium, Landry, F. (ed.), Les Presses de l'Université Laval, Quebec, Saint-Foy, 1991, pp.385 -396.

Universidade Gama Filho, Biblioteca Central, Arquivo Maria Lenk, 1998